

MENSAGEM Nº 1051

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de julho de 2025.

Brasília, 21 de Julho de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Togolesa, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1212/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/08/2025, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6890782** e o código CRC **A06719D0** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004551/2025-07

SEI nº 6890782

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
LUÍSIVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS

Informações pessoais
ID.: 8117 MRE

1957 Filho de [Informações pessoais] nasce em 15 de maio, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1981 CPCD - IRBr
1990 CAD - IRBr
2001 Economia pela University of London, Londres, Reino Unido
2011 CAE - IRBr - A Arquitetura de Paz e Segurança Africana e suas Implicações para a Política Externa Brasileira

Cargos:

1982 Terceiro-secretário
1987 Segundo-secretário
1996 Primeiro-secretário
2007 Conselheiro
2013 Ministro de segunda classe

Funções:

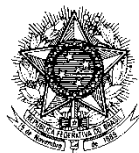
1983-86 Divisão de Sistematização da Informação, assistente
1986-88 Divisão das Nações Unidas, assistente
1988-91 Embaixada em Lisboa, segundo-secretário
1991-93 Embaixada em Bogotá, segundo-secretário
1993-95 Divisão da América Central e Setentrional, assessor
1995-99 Embaixada em Estocolmo, segundo-secretário e primeiro-secretário
1999-2001 Embaixada em Viena, primeiro-secretário
2001-05 Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, Segurança Institucional, Gabinete, assessor
2005-07 Embaixada em Bruxelas, primeiro-secretário e conselheiro
2007-09 Embaixada em Adis Abeba, ministro-conselheiro
2009-12 Embaixada em Washington, conselheiro
2012-16 Embaixada em Luanda, ministro-conselheiro
2016-20 Embaixada em Cotonou, Embaixador
2020- Embaixada em Bagdá, Embaixador

Condecorações:

1991 Ordem do Mérito, Portugal, oficial
1999 Ordem da Estrela Polar, Suécia, cavaleiro de 1ª classe
2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, oficial

Publicações:

- | | |
|------|---|
| 2002 | O Brasil no Contexto Internacional - ONU e O Brasil no Contexto Internacional - OEA, in Curso de Homogeneização de Conhecimentos para Conselheiros Municipais Antidrogas, Secretaria Nacional Antidrogas e UFSC, Florianópolis |
| 2004 | O Processo de Modificação das Listas Anexas à Convenção Única sobre Entorpecentes, in Anais do Simpósio Cannabis Sativa L e Substâncias Canabinóides em Medicina, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas, Escola Paulista de Medicina/SP |
| 2011 | A Arquitetura de Paz e Segurança Africana, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília |



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de África e Oriente Médio (SAOM)

Departamento da África (DEAF)

Divisão de África Central e Ocidental (DIACO)

TOGO



SUMÁRIO

SUMÁRIO	1
PERFIS BIOGRÁFICOS	2
RELAÇÕES BILATERAIS	3
RELAÇÕES POLÍTICAS	3
Cooperação educacional	6
Cooperação em defesa	6
Cooperação jurídica	7
Isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais	7
Exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático	7
Conexão aérea e acordo de serviços aéreos	7
Esportes	8
Candidaturas	8
RELAÇÕES ECONÔMICAS	8
Comércio	8
Empréstimos e financiamentos oficiais	9
ASSUNTOS CONSULARES	9
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	9
POLÍTICA INTERNA	11
Indicadores sociais e demográficos	12
Divisão administrativa	13
Instituições	13
Segurança	13
POLÍTICA EXTERNA	15
Entorno regional	15
Aliados tradicionais	17
ECONOMIA	20
MAPA	24
DADOS BÁSICOS	25

PERFIS BIOGRÁFICOS



Faure Essozimna Gnassingbé, Presidente do Conselho de Ministros. Nasceu em Afagnan, no sudeste do Togo, em 6 de junho de 1966 (59 anos). É graduado em Administração Financeira pela Universidade de Sorbonne e mestre em Administração pela Universidade Paris-Duphine e MBA pela Universidade George Washington. Filho do general Gnassingbé Eyadéma, que governou o Togo por 38 anos (até falecer, em 2005), foi eleito deputado da Assembleia Nacional em 2003 e nomeado ministro de Minas e Telecomunicações no mesmo ano. Com a morte do pai, foi eleito para a Presidência da República (2005), conseguindo a reeleição em 2010, 2015, 2020. No contexto da reforma política

de 2024, Faure tornou-se, em maio de 2025, Presidente do Conselho de Ministros. Recentemente, Faure foi oficialmente designado como novo mediador da União Africana para o conflito no Leste da República Democrática do Congo.



Jean-Lucien Savi de Tové, Presidente da República. Nasceu em Lomé, em 7 de maio de 1939 (86 anos). É doutor em Ciência Política pela Universidade de Sorbonne. Político veterano, ex-secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores (1967-1974), vice-presidente da Convergência Patriótica Pan-Africana (1999), ex-ministro do Comércio, Indústria e Artesanato (2005) e presidente do Quadro Permanente para Diálogo e Consulta (2009). Savi de Tové foi condenado (1979) e sentenciado a dez anos de prisão, acusado de conspiração para um golpe de Estado, ao lado de outras figuras políticas. Na esteira da reforma política de 2024, Savi de Tové foi eleito Presidente da República pela Assembleia Nacional, em maio de 2025, por unanimidade, para um mandato de 4 anos.



Robert Dussey, Ministro das Relações Exteriores, Cooperação e Integração Africana do Togo. Nasceu em Bangui, República Centro-Africana, em 4 de janeiro de 1972 (53 anos). Graduado em Literatura, Mestre em Filosofia e Doutor em Filosofia Política, foi professor na Universidade de Lomé e publicou seis títulos, além de ensaios e artigos científicos. Foi mediador especial para a África da Comunidade de Sant'Egídio, organização assistencial ligada ao Vaticano. Foi nomeado conselheiro diplomático do presidente Faure Gnassingbé em 2005 e chanceler em 2013. Enquanto ministro, atuou como negociador-chefe dos países da África, Caribe e Pacífico nas conversações sobre o acordo de

parceria com a União Europeia. Visitou o Brasil em 2015 e 2019. Foi premiado pela Comissão Internacional dos Direitos Humanos em 2021. Preside, desde 2021, o Alto Comitê Ministerial da União Africana sobre a Década das Raízes Africanas e da Diáspora.

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

O Brasil reconheceu a independência do Togo em 1960 e estabeleceu relações diplomáticas com o país africano em 1962. Em 1978, ambos os países abriram Embaixadas residentes. Em 1997, razões de ordem orçamentária levaram ao fechamento da Embaixada brasileira em Lomé. Dois anos depois, o Togo fechou sua Embaixada em Brasília. Ambas as embaixadas foram reabertas: primeiro a do Brasil em Lomé, em 2006, e depois a do Togo em Brasília, em 2015 (desde então chefiada por encarregados de negócios).

A embaixada do Brasil em Lomé é a única de país latino-americano no Togo; do mesmo modo, a representação togoleza em Brasília é a única do país na América Latina. O país africano dispõe de embaixadas em menos de 20 países atualmente.

Constatam-se iniciativas de aproximação entre Brasil e Togo. Em março de 2009, foi realizada a I Sessão da Comissão Mista bilateral, em Lomé. Na ocasião, foram assinados quatro ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica, de 1972; acordo sobre o exercício de atividade remunerada por dependentes de agentes diplomáticos, consulares, militares, administrativos e técnicos (ainda em processo de ratificação); e Memorando de Entendimento relativo ao Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas, atualmente em vigor, embora o mecanismo ainda não tenha sido inaugurado. Ainda em 2009, no mês de outubro, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, fez visita oficial ao Togo, acompanhado de delegação empresarial.

Em março de 2012, o então Ministro do Comércio e Secretário-Geral da Presidência da República e ex-primeiro-ministro togolês Arthème Kwesi Ahoumey-Zunu visitou São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, a fim de promover os fluxos de comércio e de investimentos entre o Togo e o Brasil. O Ministro da Agricultura togolês, Ouro Koura Agadazi, participou da Feira Cotrijal, no Rio Grande do Sul, em 2014. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Integração Africana e dos Togoleses no Exterior, Robert Dussey, visitou o Brasil em fevereiro de 2015, quando manteve encontros com o então Ministro das Relações Exteriores e com empresários de São Paulo (FIESP e Embraer), além de visitar as instalações da Embrapa; e em junho de 2019, quando se reuniu com o então Ministro Ernesto Araújo e com o Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Em dezembro de 2023 e janeiro de 2024, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, telefonou ao ministro Dussey para tratar do encontro das diásporas africanas e dos afrodescendentes, que ocorreu em agosto de 2024 na cidade de Salvador, por escolha de comissão da União Africana presidida pelo Togo. Durante sua estada em Salvador, o Ministro Dussey, realizou, no dia 30 de agosto de 2024, visita de cortesia ao Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues. A ocasião converteu-se em encontro de trabalho e ensejou interesse de ambas partes em prospectar possíveis áreas de cooperação. O chefe da diplomacia togoleza compareceu ao encontro acompanhado de bom número de integrantes da delegação do Togo à conferência.

Em 18 de julho de 2024, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizou visita oficial a Lomé. Em reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Integração Africana e dos Togoleses no Exterior, Robert Dussey, foram tratados os seguintes temas: (i) retomada pelo lado togolês da negociação do acordo de cooperação em matéria de defesa; (ii) estudo sobre negociação de acordo de cooperação aeronáutica, que adense o atual Memorando de Entendimento assinado, em Durban, em 12 de dezembro de 2013, entre as delegações das respectivas agências de aviação civil; (iii) reavaliação da cooperação entre academias diplomáticas de ambos os países com vistas à retomada da formação de diplomatas togoleses no

Instituto Rio Branco e à celebração de instrumento de cooperação; (iv) promoção da assinatura de instrumento de cooperação entre câmaras de comércio de ambos os países, com vistas à reativação do comércio bilateral, à prospecção de oportunidades e à troca de missões econômico-comerciais; (v) retomada das reuniões da comissão mista bilateral; (vi) interesse do Togo pelo fortalecimento da cooperação técnica bilateral – as áreas mencionadas, além dos projetos em curso (produção de forrageiras; cadeia produtiva do algodão), foram cadeia de produção da mandioca e merenda escolar. Houve também denso intercâmbio de ideias em torno do patrimônio cultural conjunto constituído pelo legado das interações humanas entre populações dos dois países, caso do patrimônio Agudá no Togo.

Cooperação técnica. A cooperação técnica bilateral com o Togo está amparada no Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado entre os dois países em 3 de novembro de 1972. A embaixada do Brasil em Lomé avalia que as dimensões do Togo e seu ambiente social e de governança relativamente favorável, no contexto regional, são particularmente propícios para a cooperação técnica, contribuindo para resultados de maior visibilidade e alcance. O país seria, assim, especialmente propício para projetos-piloto na região.

O Togo integrou o **Projeto Cotton4+Togo**, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do setor algodoeiro nos países beneficiados. A participação togoleza na segunda fase da iniciativa foi formalizada em dezembro de 2014, com a assinatura do projeto “Fortalecimento Tecnológico e Difusão de Boas Práticas Agrícolas para o Algodão em Países do Cotton-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali) e no Togo”. A execução das atividades da segunda fase teve início em 2015, tendo como foco a difusão entre os produtores dos conhecimentos consolidados na primeira etapa, inclusive em termos de segurança alimentar (o projeto visa não só ao aumento da qualidade e da quantidade do algodão, mas também da produção de alimentos, por meio da rotação de culturas). Em 2022, três togolezes do setor de algodão participaram, a convite da ABC, do 13º Congresso do Algodão no Brasil. Não há mais ações concretas em andamento nesse projeto no Togo. O *Institut Togolais de Recherche Agronomique* (ITRA) foi chamado a compartilhar variedades da planta do algodão com outros países que se beneficiam da cooperação brasileira: Benin, Cameroun, Moçambique, Quênia e Tanzânia.

A pedido do governo togolês, está em negociação uma segunda fase do projeto “Apoio Institucional ao *Institut Togolais de Recherche Agronomique* (ITRA)”, conhecido como “**Projeto da Mandioca**”. A iniciativa, cujo projeto foi assinado em 24 de outubro de 2010, visa a apoiar a política de modernização da agricultura no Togo, promovendo o desenvolvimento rural e a geração de emprego e renda no país por meio da capacitação de técnicos togolezes na produção, no manejo e no processamento agroindustrial da mandioca, bem como pela inserção de novas áreas de cultivo dessa cultura no país. No âmbito desse projeto, a Embrapa, parceira da ABC na iniciativa, manifestou interesse em aprofundar estudos sobre a virose do mosaico africano, para estabelecer barreira de contenção biológica contra o vírus no território brasileiro (presente na África e na Ásia, a praga pode comprometer até 95% da produção desse cultivo).

No campo da cooperação trilateral, houve significativos avanços em matéria de **alimentação escolar no Togo**, no âmbito da cooperação desenvolvida pela ABC, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA). Em 2018, a iniciativa contribuiu para a elaboração do projeto Escolas de Excelência, voltado à aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares locais para programa de alimentação escolar. O Centro de Excelência contra a Fome do PMA no Brasil teve papel relevante no lançamento das ações governamentais da área de alimentação escolar e na adoção, em 2020, da lei que institucionalizou a alimentação escolar como política pública permanente. Em 2021, o programa foi institucionalizado, mediante aprovação de lei própria, seguindo o modelo do programa congênere brasileiro e na linha de seminário organizado em Lomé, com apoio brasileiro. A Embaixada em

Lomé tem procurado recuperar a parceria bilateral nesse domínio, a partir de reunião mantida com equipe da pasta encarregada do tema no governo togolês. Atualmente, o programa é apoiado por parceiros internacionais como a França.

Em 2022, a Primeira Ministra Victoire Tomegah-Dogbé manifestou à Embaixada do Brasil em Lomé o interesse do governo togolês pela retomada de cooperação com o Brasil e o PMA no âmbito do programa de merenda escolar togolês, o "*cantines scolaires*". O interesse togolês foi formalizado em carta de julho de 2022 da Ministra do Desenvolvimento de Base, da Juventude e do Emprego dos Jovens, Myriam Dossu-d'Almeida.

Em outubro de 2023, representante do PMA em Lomé comunicou à embaixada do Brasil que o governo togolês decidiu abrir mão da visita virtual ao Centro de Excelência do PMA em Brasília, oferecida em agosto de 2022, por favorecer, alternativamente, visita presencial, ocasião que seria mais adequada para contatos diretos e para conversar sobre possível retomada da cooperação com o Brasil.

Encontra-se em fase de elaboração projeto de instalação de **corredores de pastagens em zonas de transumância** nas savanas do Norte do Togo. A iniciativa atende a demanda do governo togolês, por meio do *Institut Togolais de Recherche Agronomique* (ITRA), e prevê o emprego de plantas forrageiras introduzidas no país pelo Projeto Cotton4+Togo, do qual o presente projeto constituiria uma terceira fase. O Togo, assim como outros países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), enfrenta conflitos recorrentes entre criadores de gado e fazendeiros, relacionados à mobilidade do gado. Esses conflitos não apenas levam à destruição das colheitas, como causam perda de vidas e prejudicam a coesão social.

Missão de prospecção da ABC, enviada ao Togo em abril de 2022 e acompanhada, do lado togolês, por representantes do Ministério da Agricultura, do ITRA e da Universidade de Lomé, visitou cinco localidades onde há registro de tensões vinculadas à transumância de rebanhos – conflitos históricos entre agricultores e pastores nômades, aos quais se sobrepõe o aspecto interétnico. O então presidente Faure Gnassingbé reagiu de forma extremamente interessada e positiva ao relato do embaixador brasileiro em Lomé sobre a missão, salientando a sensibilidade do tema, por suas implicações no plano securitário. Em dezembro de 2023, foi realizada missão conjunta ABC-UFRGS -ITRA ao Togo voltada a negociar e a validar a matriz lógica e a proposta do projeto. Missão de capacitação para o lado togolês na área de melhoramento de forrageiras e avaliação de desempenho de variedades de espécies teve lugar em julho e agosto de 2024.

Há demanda do governo togolês para cooperação na área de produção de castanha de caju, frutas e verduras (a ABC aguarda informação adicional sobre pedido togolês para avaliar a possibilidade de atender ao pedido). Ademais, o ITRA manifestou, em fevereiro de 2022, interesse no adensamento da cooperação bilateral em quatro áreas: incremento da capacidade laboratorial do ITRA; aprimoramento do ciclo de transformação da mandioca, ainda realizada em bases artesanais no país africano; aperfeiçoamento da produção de leite de cabra, realizada mormente na agricultura de subsistência; ampliação e aprimoramento genético do estoque de sementes disponibilizadas ao Togo, com vistas a incrementar as colheitas de milho e outros grãos.

Em parceria com a ONU-Habitat, o Brasil está implementando projeto para promover a urbanização por meio da cooperação Sul-Sul. Feita consulta oficial, o governo do Togo manifestou interesse em participar do projeto. Foi indicado ponto focal para tratar do tema e formalizada a intenção de integrar o projeto. Não houve avanço nessas conversações, apesar do empenho da Embaixada em Lomé.

Apoio à conservação e ao cadastramento histórico e fotográfico do patrimônio "Agudá" no Togo - em Lomé e Aného. Dada a inviabilidade de desenvolvimento do projeto de restauração da "*Maison des Esclaves*", e mantendo a linha dessa proposta de projeto, ficou patente a necessidade e o interesse das autoridades togolesas em receber assessoramento técnico para preservar e valorizar o seu patrimônio arquitetônico, progressivamente destruído pelo abandono e pelas transformações da paisagem urbana de Lomé e Aného. A situação coloca em risco esse patrimônio que, embora togolês

em sua materialidade e história, é também um patrimônio brasileiro, de valor tanto por seus traços arquitetônicos, trazidos à costa da Guiné por brasileiros retornados, quanto pela história das relações humanas entre o Brasil e a África guardada nesse patrimônio. Esse é o patrimônio que deu origem, por exemplo, à publicação do MRE sobre a arquitetura Agudá de Lomé e Aného, elaborada pelo antropólogo e fotógrafo Milton Guran, um dos mais abalizados especialistas do assunto.

Além dos projetos que, em diferentes graus de evolução, já estão tabulados na carteira da cooperação técnica bilateral, o Togo tem proposto novas iniciativas em planejamento urbano e drenagem (águas e esgotos) e planejamento urbano para pequenas comunidades e vilas do país. Ademais, após visita realizada aos centros de formação profissional do Togo, equivalente do "sistema S" brasileiro (como SENAI e SENAC), o diretor de ensino profissionalizante do Ministério da Educação manifestou interesse na cooperação brasileira para reforçar esse setor da política de desenvolvimento do governo, em termos de bancadas de teste, bancadas de treinamento, scanners de ultrassom, entre outros; e treinamento e formação no uso de equipamento de TI.

Cooperação educacional. O Acordo Cultural, celebrado em 1972 e em vigor desde 1973, norteia a cooperação na área educacional. Os eixos considerados prioritários para o governo togolês são: i) *Eixo de desenvolvimento social:* Relações Internacionais e Medicina; e ii) *Eixo de desenvolvimento econômico e infraestrutura:* Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Agrárias (Agronomia, Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca, Zootecnia) e Ciências Econômicas.

O Togo passou a enviar candidaturas para os Programas Estudantes-Convênio (PECs) a partir de 2011. Desde então, 46 estudantes togoleses se beneficiaram da iniciativa: 44 no âmbito do programa de graduação (PEC-G) e dois no de pós-graduação (PEC-PG).

Quanto à cooperação para a formação de pessoal diplomático, o Togo manifestou interesse em estabelecer memorando de entendimento com o Instituto Rio Branco (IRBr).

Cooperação energética. Como membro da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o Togo beneficiou-se do “Estudo de Viabilidade de Produção de Biocombustíveis na UEMOA”, realizado no âmbito de memorando de entendimento na área de biocombustíveis entre Brasil e aquele bloco, firmado em 2007. O estudo compreendeu levantamento completo, em Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger e Togo, das condições de clima, de solo, sociais, ambientais, de mercado, de infraestrutura e legais, entre outras que possam impactar a sustentabilidade e viabilidade da produção de bioenergia. Especial ênfase foi dada à dimensão regional das políticas públicas existentes, apontando modos de fortalecer institucionalmente a UEMOA e sua atuação, sobretudo em biocombustíveis. Os resultados foram apresentados às autoridades dos países da UEMOA, em Dacar, em outubro de 2015.

No caso específico do Togo, o estudo visava, ainda, a mitigar a forte dependência energética de combustíveis fósseis importados. A província togolesa com as melhores condições para o cultivo da cana irrigada, segundo o referido estudo, seria a região das Savanas, no norte do país. Apesar da localização mais próxima do principal centro consumidor, em Lomé, as regiões mais ao sul foram historicamente evitadas para a produção de biocombustíveis, devido à maior densidade populacional e à prioridade que o governo local atribui ao cultivo exclusivamente alimentar.

Cooperação em defesa. Da perspectiva brasileira, destacam-se como pontos de interesse na cooperação em defesa, entre outros, a segurança marítima no Golfo da Guiné; o comércio marítimo com a África Ocidental; o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); o Centro Regional de Coordenação de Iaundê; a possibilidade de compra de Supertucanos pelo Togo, envolvendo treinamento e formação de pilotos ou mecânicos; eventual fornecimento de drones (objeto de interesse específico levantado pelo Presidente Gnassingbé na audiência de apresentação de cartas credenciais do embaixador do Brasil, em abril de 2022); e a

cooperação bilateral com vistas ao treinamento e formação de oficiais togolezes em academias brasileiras. O Brasil deseja ser parte e ter papel positivo nos esforços do Togo pela procura de diversificação de parceiros na cooperação em defesa.

Durante a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros togolês, Robert Dussey, a Brasília, em junho de 2019, discutiu-se a ideia de firmar um **acordo-quadro sobre cooperação entre Brasil e Togo na área de defesa**. O lado brasileiro apresentou proposta de texto ao governo togolês, que ainda não se manifestou quanto à minuta. O tema foi mencionado durante a visita do Ministro das Relações Exteriores a Lomé em julho de 2024. Ressalte-se que o Togo tem grande interesse, assim como o Brasil, na promoção da segurança na área do Golfo da Guiné, região mais afetada no mundo, atualmente, pelo problema da pirataria e do roubo de carga. Se, para o lado togolês, o combate à criminalidade na região é fundamental para o desenvolvimento de suas atividades comerciais por meio do porto de Lomé, para o Brasil a pirataria no Golfo da Guiné representa risco para a navegação em geral no Atlântico Sul, que faz parte do entorno estratégico brasileiro.

Em abril de 2022, o presidente Faure Gnassingbé recordou ter o Togo adquirido Supertucanos e manifestou interesse em conhecer projetos brasileiros capazes de reforçar a defesa do país diante do "jihadismo" no Sahel. Assinalou ser absolutamente prioritário, para o combate à violência no norte do país, o uso de veículos aéreos não tripulados (vants/drones) para controle, observação e ações contra grupos armados.

Em junho de 2022, a ministra das Forças Armadas do Togo frisou a disposição de levar adiante a cooperação bilateral com o Brasil no domínio da defesa, tema que constituiu a prioridade número um de seu governo, "como o Presidente Gnassingbé tem apontado em suas declarações". Citou, ademais, o interesse prioritário no tema da formação de militares e pilotos e lembrou ter havido expectativa de novas visitas da Embraer ao Togo.

Cooperação jurídica. Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica entre Brasil e Togo, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade.

Isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais. Em novembro de 2018, foi assinado em Lomé acordo bilateral de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço.

Exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático. Acordo nesse sentido foi ratificado pelo Brasil em 2010 e está em processo de ratificação no Togo.

Conexão aérea e acordo de serviços aéreos. A companhia aérea *Ethiopian Airlines*, por meio de sua subsidiária togolesa, a *Asky Airlines*, tentou, em duas ocasiões, manter ligações aéreas entre o Aeroporto Internacional de Lomé-Tokoin (LFW) e o Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, em Guarulhos-SP (GRU). Os voos partiam da capital etíope, Adis Abeba, para Guarulhos com escala em Lomé. Em 2017, porém, a escala foi suspensa por decisão da companhia. Apesar disso, há mútuo interesse em assinar Acordo de Serviços Aéreos (ASA), cuja negociação foi concluída em 2013, tendo sido o respectivo texto rubricado pelas partes. Havia expectativa de que fosse assinado durante visita do chanceler brasileiro a Lomé em agosto de 2017, que acabou cancelada. Por ora, as relações aéreas entre os dois países estão reguladas por memorando de entendimento entre as agências de aviação civil, que estabelece, entre outros pontos: a livre determinação de capacidade, com qualquer tipo de aeronave, para voos bilaterais; a ausência de restrição de pontos de origem e de destino das frequências de voo; a concessão dos direitos de 5ª liberdade (direito de transportar passageiros e carga entre o território do outro estado contratante e o território de um terceiro estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado a estado de nacionalidade

da aeronave ou dele proveniente); e a possibilidade de códigos compartilhados (code-share) bilaterais e com empresas de terceiros países.

Esportes. Em dezembro de 2022, a ministra dos Esportes e do Lazer do Togo expressou interesse em estabelecer cooperação com o Brasil com vistas à estruturação da atuação do Estado togolês no âmbito esportivo, tendo em conta que o setor se organiza, atualmente, de modo espontâneo. Com esse fim, aventou projeto de cooperação para “formação de formadores” e prontificou-se a formalizar o pedido de cooperação, indicando as principais áreas de interesse de sua pasta.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio. Em 2023, a corrente comercial entre Brasil e Togo foi de USD 191,7 milhões. Apesar do intercâmbio comercial ter registrado queda de 52% em relação ao ano anterior, o valor registrado representa o terceiro melhor resultado do último decênio (2014-2023), atrás apenas de seus dois anos antecessores que registraram valores superiores a USD 390 milhões.

No que diz respeito às exportações brasileiras, obteve-se USD 145,5 milhões, o que representa uma queda de 47% do resultado de 2022, mas um resultado acima da média de exportações de USD 101,3 milhões do decênio de 2014 a 2023. A pauta de exportações brasileiras foi composta predominantemente por açúcares (74%) e petróleo (17%). O ano de 2023 distendeu novamente o superávit brasileiro com o saldo de USD 99,3 milhões, não obstante houve queda de 32% em relação a 2022.

Quanto às importações provenientes do Togo, o valor obtido em 2023 foi de USD 46,2 milhões, um resultado que representa queda de 64% em relação a 2022. Ainda assim, nota-se que, entre 2021 e 2023, os valores registrados para importações foram os maiores do decênio em análise, sendo o ano de 2021 o detentor do ápice de USD 280,3 milhões. Óleos combustíveis de petróleo ou minerais betuminosos responderam por quase toda pauta de importações.

Em 2024, a corrente comercial entre Brasil e Togo foi de USD 446,2 milhões. O intercâmbio comercial registrou um aumento de 132,8% em relação ao ano anterior, sendo o melhor resultado registrado de intercâmbio entre os dois países. O valor também apresenta o maior superávit do Brasil, de USD 446,2 milhões.

No que diz respeito às exportações brasileiras, obteve-se USD 446,2 milhões, o que representa um aumento de 200% do resultado de 2023. O ano de 2024 distendeu novamente o superávit brasileiro com o saldo de USD 446,2 milhões, aproximadamente 350% de aumento em relação ao ano anterior. Quanto às importações provenientes do Togo, o valor obtido em 2024 foi de USD 1.284, um resultado que exibe uma queda significativa em comparação ao ano anterior, com redução de 99%.

Neste decênio, pode-se considerar que o fluxo de importações foi linearmente inconsistente devido a uma série de consideráveis oscilações. Mesmo diante das discretas cifras das importações brasileiras originárias do mercado togolês, o Brasil é o principal parceiro do Togo no comércio exterior com os países da América do Sul. Estudo do Itamaraty identificou oportunidades no mercado togolês para os seguintes produtos: medicamentos em doses para fins terapêuticos ou profiláticos, arroz, calçados com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural, polímeros de etileno e polipropileno e fio-máquina de ferro ou aço.

Segundo avaliação da embaixada do Brasil em Lomé, as características do setor agrícola togolês e a ênfase atribuída pelas autoridades locais à modernização e mecanização da agricultura ensejam importantes oportunidades de promoção comercial de equipamentos e maquinário brasileiros.

Investimentos. Não há registro de investimentos diretos entre o Brasil e o Togo nos dados divulgados pelo Banco Central do Brasil. Contudo, o governo togolês, incentivado pela divulgação de cifras positivas sobre a estabilidade e o crescimento da economia local, vinha procurando empenhar-se na atração de investimentos estrangeiros. No setor de infraestrutura, existem oportunidades de investimentos no Porto Autônomo de Lomé e em sua Zona Franca. Existem, igualmente, oportunidades no setor extrativista mineral. O Togo tem grandes reservas de fosfato (quarta maior reserva mundial) e mármore, além de importantes reservas de cobre e urânio em sua fronteira setentrional.

Empréstimos e financiamentos oficiais. A dívida externa do Togo com o Brasil, no âmbito do Clube de Paris, no montante de USD 2,4 milhões, foi integralmente saldada em 1990. Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano do Togo.

ASSUNTOS CONSULARES

Há registro de que 30 cidadãos brasileiros vivam no Togo. A comunidade brasileira é atendida pelo setor consular da embaixada do Brasil em Lomé, não havendo consulados honorários. Desde a reabertura da embaixada, não há registro de brasileiros presos no país.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2024 – Realização, em Salvador, da Conferência da Diáspora Africana nas Américas, organizada pela União Africana e pelo governo do Togo, em parceria com o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia (agosto)

2024 – Visita do Ministro de Estado, Embaixador Mauro Vieira, a Lomé (julho)

2019 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Integração Africana e dos Togoleses no Exterior Robert Dussey (junho)

2015 - Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Robert Dussey (fevereiro). Reabertura da Embaixada do Togo em Brasília

2014 – Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura Ouro Koura Agadazi

2012 – Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Arthème Kwesi Ahoumey-Zunu (março)

2009 – Visita ao Togo do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, acompanhado de missão empresarial. I Reunião da Comissão Mista Brasil-Togo, em Lomé, na qual foi assinado memorando de entendimento que estabelece Mecanismo de Consultas Políticas bilateral

2005 – Reabertura da Embaixada do Brasil em Lomé

1999 – Fechamento temporário da Embaixada do Togo em Brasília

1997 – Fechamento temporário da Embaixada do Brasil em Lomé

1988 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Yaovi Adodo

1985 – Participação do Brasil na Conferência de Doadores para o Togo, em Lomé

1982 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Kuma Akakpo Ahianyio

1978 – Abertura das Embaixadas do Brasil em Lomé e do Togo em Brasília

1977 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Eden Kodjo

1972 – Viagem ao Togo do Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barboza. Assinatura de Acordo Cultural e de Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica

1962 – Brasil e Togo estabelecem relações diplomáticas. A Embaixada brasileira em Acra (Gana) passou a ser cumulativamente responsável por representar o Brasil junto às autoridades togolesas.

1960 – Reconhecimento da independência do Togo pelo Brasil, em 26 de abril.

POLÍTICA INTERNA

Histórico. Entre os séculos XII e XIV, os euês se instalam na região. O primeiro contato do atual Togo com a Europa remonta ao século XVI, quando exploradores e comerciantes portugueses ali aportaram. A partir de então, a região transformou-se em ponto de partida para expedições de captura de escravos, chegando a ser conhecida como a “Costa dos Escravos”.

Em 1884, a Alemanha estabeleceu um protetorado sobre território que hoje corresponde a Gana (anteriormente chamada de “Costa do Ouro”) e Togo, que viria a constituir-se na colônia da Togolândia. Com a derrota alemã na Primeira Guerra, Inglaterra e França assumiram o controle do território, obtendo, em 1922, mandato da Liga das Nações para administrá-lo.

A parte britânica seria eventualmente incorporada a Gana. O restante do território passou a integrar a Federação Francesa da África Ocidental, tornando-se uma República autônoma em 1955. Nas eleições realizadas em 1958, foi eleito presidente Sylvanus Olympio, neto de ex-escravizados brasileiros retornados à África. Em 27 de abril de 1960, o Togo obteve a independência e, em 1961, a primeira constituição do país foi promulgada. Em janeiro de 1963, Sylvanus Olympio foi destituído e morto. Nicolas Grunitzky tornou-se presidente.

Em 1967, o General Eyadéma Gnassingbé liderou movimento que destituiu Grunitzky. Posteriormente, dissolveu os partidos políticos e instituiu, em 1969, sistema de partido único. Na década de 1990, as crescentes manifestações por ampliação dos direitos políticos levaram a processo de gradual abertura política. Uma nova Constituição foi promulgada em setembro de 1992, estabelecendo o pluripartidarismo.

Desde a década de 1990, o Togo tem tido eleições multipartidárias regularmente. De todo modo, na prática, a família Gnassingbé tem-se mantido no governo do país desde 1963. O Presidente Eyadéma Gnassingbé foi reeleito em 1993 e 1998. Em 2002, a Carta de 1992, que previa limite de dois mandatos de cinco anos para o Presidente, foi alterada. Isso propiciou nova reeleição de Eyadéma Gnassingbé em 2003.

Em 2005, Eyadéma Gnassingbé morreu, após permanecer 38 anos no poder. Seu filho Faure Gnassingbé foi nomeado Presidente no mesmo ano. Até 2020, Faure reelegeu-se Presidente a cada cinco anos. Em 2017, em meio a protestos e manifestações que se espalhavam pelo país, o presidente Faure Gnassingbé promoveu alteração da lei que autorizava número indefinido de mandatos presidenciais, limitando-os a quatro.

Nas eleições legislativas de 2018, realizadas em cenário de relativa tranquilidade, o partido governista UNIR conquistou 59 dos 91 assentos. A eleição de conselheiros municipais de 2019 (a primeira desde 1987) também deu resultados favoráveis ao partido do presidente Gnassingbé. Em 2021, as maiores agremiações de oposição decidiram não participar das eleições legislativas, razão pela qual não possuem hoje representação parlamentar. O boicote foi agrupado na chamada “coalizão C14” (14 partidos opositoristas).

Eleição presidencial de 2020. Faure Gnassingbé foi eleito para um quarto mandato de cinco anos nas eleições de 2020, realizadas em 22 de fevereiro. Conforme a Corte Constitucional, o Presidente obteve cerca de 71% dos votos, vencendo já no primeiro turno, contra 19% do segundo colocado, Agbéyomé Kodjo (que foi Primeiro-Ministro no governo Eyadéma Gnassingbé), e menos de 5% do terceiro colocado, Jean-Pierre Fabre.

Diante da contestação dos resultados por parte de Kodjo, houve temor de que o quadro eleitoral de 2020 desencadeasse protestos como os que se viram em meados de 2017, quando uma coalizão de 14 partidos de oposição iniciou uma série de grandes manifestações contra o presidente. Na ocasião, registraram-se distúrbios, e as tensões se prolongaram por meses, até que, em meados de 2018, reformas constitucionais atenderam parcialmente os desejos da oposição. De fato, após as

eleições de 2020, Agbéyomé Kodjo convocou protestos em Lomé. No entanto, não houve manifestações com o mesmo vulto das que se realizaram em 2017 e 2018. Note-se que, em novembro de 2019, as autoridades togolesas anunciaram ter neutralizado iniciativa para supostamente arregimentar milhares de pessoas para participar de protestos violentos contra o governo.

Em pronunciamento à nação por ocasião da data nacional (27/4), em 2022, o presidente Faure Gnassingbé delineou um quadro de temas prioritários de sua gestão: insegurança alimentar; segurança e combate ao terrorismo; inclusão social, financeira e digital; educação e saúde; e democracia. Atribuiu papel central ao processo de descentralização do Estado e em particular às eleições regionais, realizadas pela primeira vez em 2023, com robusto incentivo e apoio da União Europeia.

Reforma constitucional de 2024 e adoção do sistema parlamentarista. Em maio de 2024 foi promulgada nova constituição, dando início à 5ª República togolesa. Essa República se caracteriza pela adoção do sistema parlamentarista e bicameral (com a criação de um Senado), assim como pela eleição indireta para Presidente da República, pela Assembleia Nacional. Seu mandato voltou a ser de cinco anos, sem limitação quanto a sucessivas reeleições. O cargo, porém, passou a ser, com a nova carta, majoritariamente cerimonial. A maior parte da autoridade governamental e dos poderes executivos passou para as mãos do recém-criado cargo de Presidente do Conselho de Ministros (anteriormente chamado de Primeiro-Ministro).

O resultado das eleições legislativas de 29/4/2024 foi anunciado em 13/5 pelo Comitê Eleitoral Nacional Independente (CENI) e referendado pela Corte Constitucional em 13/5/2024. O partido governista UNIR obteve 108 (96%) das 113 cadeiras da assembleia nacional. Os 5 assentos restantes foram ocupados por partidos de oposição, alguns dos quais denunciaram o resultado como fraudulento. O UNIR também conquistou 34 dos 41 assentos com votação indireta para senador. Os outros 20 assentos do Senado são indicados pelo presidente. A participação eleitoral foi de 61% dos eleitores registrados, segundo os dados oficiais.

A primeira-ministra, Victoire Tomégah-Dogbé, apresentou carta de demissão em 21 de maio de 2024 e seguiu em exercício de funções até 3 de maio de 2025. Naquele mesmo dia, Jean-Lucien Savi de Tové foi eleito presidente da República. Ato contínuo, nomeou Faure Gnassingbé para o cargo de presidente do Conselho de Ministros.

Indicadores sociais e demográficos. A população togolesa é estimada em 9,3 milhões de habitantes. Cerca de 75% têm entre 15 e 64 anos e habitam a porção meridional do país. Menos da metade vive em centros urbanos (em torno de 40%). Além do francês, língua oficial, os idiomas mais falados são o euê, o mina e o cabiê.

O Togo viu seu IDH mostrar "progresso notável" no período 2021-2022, segundo o PNUD. O país passou da 167ª posição para a 162ª, acumulando elevação constante do IDH desde 2015. Em 2023, o IDH passou para 0,571, ocupando a 161ª posição. A renda bruta nacional igualmente mostra constante elevação, e a expectativa de vida passou de 61 a 63,9 anos. Relatório do Banco Mundial de 2023 previu queda da pobreza extrema nos anos seguintes.

A população togolesa é majoritariamente autóctone e compreende mais de 50 grupos étnicos, sendo os dois maiores os euês, que se concentram na região sul do país e correspondem a 21% da população, e os cabiês, que se concentram no norte e perfazem 14,7% da população. A família Gnassingbé tem origem cabiê, mas a mãe do atual presidente era de origem euê.

Calcula-se que 47,1% da população sejam cristãos, 33% pratiquem religiões tradicionais africanas e 13,7% sejam muçulmanos. Embora pertença a uma família majoritariamente protestante, Faure Gnassingbé pratica o catolicismo, religião de sua mãe.



Divisão administrativa. O Estado togolês é unitário e o território está dividido em cinco regiões administrativas: Marítima (capital Tsévié), Platôs (capital Atakpamé), Central (capital Sokodé), Kara (capital homônima) e Savanas (capital Dapaong).

As regiões compreendem 39 “*préfectures*” (termo frequentemente traduzido como prefeitura, mas que, na realidade brasileira, está mais próximo da ideia de estado), cada qual administrada por um “*préfet*” (por extensão, figura que mais se aproxima à do governador estadual no Brasil).

As *préfectures*, por seu turno, estão subdivididas em comunas (116 ao todo), também chamadas de vilas ou municipalidades. As últimas eleições para *maire* (administrador da comuna, cargo equivalente ao de prefeito no Brasil) foram realizadas em 2019, depois de 17 anos sem eleições nesse nível administrativo. Candidatos aliados ao governo central venceram na maioria das municipalidades.

Instituições. A República Togolesa adota o sistema parlamentarista, no qual, apesar da presença do Presidente, o Poder Executivo está concentrado nas mãos do Presidente do Conselho de Ministros. A abertura política do país iniciou-se na década de 1990. Em 1992, foi introduzido o pluripartidarismo.

O **Legislativo** é bicameral, com Assembleia Nacional e Senado. A Assembleia Nacional reúne 111 deputados e o Senado reúne 61 senadores. Além do partido do primeiro-ministro Gnassingbé, a UNIR (União para a República), e de seu aliado principal, o UFC (União das Forças para a Mudança), dez outros partidos estão representados na Assembleia, quatro dos quais sob alguma forma de aliança ao partido da situação. Quatro outros declaram-se independentes, mas tendem a atuar na sombra do UNIR. Não há representantes dos principais partidos de oposição na Assembleia.

O programa de descentralização do Estado, promovido e apoiado de forma robusta sobretudo pela Alemanha, além de França e União Europeia, poderá representar mudança profunda da cena administrativa nacional. Abrange ampla reordenação de prefeituras, municípios e cidades, bem como a criação das respectivas circunscrições eleitorais, e teve como ponto culminante as eleições regionais previstas para serem realizadas em 17 de julho de 2025.

Em relação ao **Judiciário**, vale destacar que, em 1997, foi criada a Corte Constitucional, cuja finalidade é garantir o cumprimento da Carta Magna, sobretudo no tocante ao processo eleitoral.

Segurança. O combate ao **terrorismo** de matriz religiosa extremista ganhou importância na agenda do governo do ex-presidente Faure Gnassingbé, em meio à preocupação com o avanço de grupos jihadistas não mais apenas no entorno do país, mas, desde 2022, também em território togolês. O Togo se vê hoje diante da necessidade de reforçar suas capacidades de defesa e manter alto grau de alerta, sobretudo na Região das Savanas, no norte.

Em contexto de aumento dos episódios de transbordamento do conflito entre grupos terroristas e forças de segurança no Sahel, com incursões no território togolês a partir do Burkina Faso, ocorreu em 11 de maio de 2022 o primeiro atentado jihadista com vítimas fatais no Togo, contra posto avançado das forças armadas togolesas na localidade de Kpékpakandi, município de Kndjal, na fronteira com Burkina Faso. O ataque deixou 8 soldados mortos e 13 feridos. Autoridades locais aventaram a vinculação dos perpetradores ao Estado Islâmico e seu associado local, o JNIM (Grupo de Apoio ao Islam e aos Muçulmanos). O atentado reforçou a percepção de tendência à expansão de grupos terroristas, a partir de zonas de conflagração no Sahel, na direção da costa africana do Golfo da Guiné.

Em novembro de 2022, a imprensa internacional noticiou a ocorrência de novo e grave ataque terrorista na porção oriental da fronteira norte, com Burkina Faso, e grande número de baixas togolesas.

Em 2023 foram divulgados diversos episódios de violência envolvendo insurgentes presumivelmente jihadistas, ocorridos principalmente na prefeitura de Kpendjal - fronteira com o Burkina Faso. O ciclo de violência iniciado em 2022 tem-se acentuado, em média, com ciclos de maior ou menor frequência.

Como em outros países do Sahel, verificam-se de modo recorrente, no Togo, episódios de **violência de base fundiária ligada à transumância**. Trata-se de conflitos entre comunidades pastoris e agrícolas, de tendência sazonal, que resultam sobretudo da disputa por recursos locais – terra, vegetação para alimento animal, água, espaço para radicação temporária – e possuem também por base diferenças étnicas e linguísticas. Envolvem populações "peuls" (povo Peul ou Fula) nômades ou seminômades, de criadores de gado, e as populações assentadas das aldeias e vilas do meio rural, por onde transitam os rebanhos.

Estudos na área de segurança têm sugerido conexões entre os conflitos intercomunitários e a expansão do jihadismo no Sahel. Nesse sentido, conflitos regionais que hoje atingem o Togo a partir de outras áreas do Sahel e que tendem a expandir-se em direção aos países costeiros teriam o elemento étnico como catalisador. Aponta-se, por exemplo, aparente alinhamento entre a etnia peul e grupos tuaregues a grupos associados ao Estado Islâmico e à Al Qaeda no Sahel, vinculando o extremismo violento às disputas locais por recursos naturais e terras.

Desde o início de 2022, o governo togolês vem tentando intensificar a implementação de programas de desenvolvimento na Região das Savanas, no norte do país, tendo lançado projetos nos domínios da agricultura, segurança alimentar, saúde, geração de emprego, juventude e apoio à mulher. Combinadas ao aumento da presença militar no norte do país, essas políticas denotam reconhecimento de maior propensão à radicalização e recrutamento, especialmente de jovens, em regiões mais atingidas pela pobreza. Com efeito, há relatos, na imprensa internacional, de crescente recrutamento de togoleses por grupos jihadistas nessa região.

Tem sido notória a apreensão das autoridades togolesas com a degradação da situação social no Norte do país em decorrência dos ataques e, sobretudo, com o deslocamento de pessoas, seja internamente, seja de cidadãos provenientes das zonas adjacentes no Burkina Faso. A intrusão da problemática da violência no dia a dia das populações atingidas - massacres e ameaça de retaliação em caso de denúncia, como o consequente risco de implantação de células terroristas, além de atividades, ilícitas ou não, voltadas para o financiamento de grupos jihadistas e o recrutamento de jovens e menores - tem sido alvo de esforço governamental de dar resposta às ameaças e conscientizar as populações sobre a necessidade de colaborar com as forças de segurança. Os deslocamentos, porém, continuam, em resposta que parece estar sendo, na prática, a adotada pelos habitantes ameaçados pela violência, com o consequente agravamento das condições nas cidades e vilas que acolhem refugiados.

O Togo tem conseguido garantir elevado grau de **segurança marítima**, em particular em torno de suas águas portuárias, ademais de cooperar com parceiros regionais em ações em toda a zona do Golfo da Guiné. As iniciativas relacionadas ao tema compreendem também esforço diplomático e de coordenação junto aos países do Golfo e parceiros extrarregionais (como EUA, UE e Brasil), lastreado pela realização, entre outros encontros, da Cúpula da União Africana de 2016, em Lomé, de que decorreu a Carta de Lomé sobre segurança marítima, assinada por 35 estados africanos participantes.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Togo é condicionada pelo diminuto tamanho do país, pelo elevado peso do porto de Lomé na economia nacional, pelos fortes laços com as antigas metrópoles coloniais e pela aspiração de promover a integração do povo euê – disperso por parte do Togo, Gana, Benim e Nigéria. Mais recentemente, somam-se a esses condicionantes o recrudescimento do extremismo religioso no Sahel, instabilidade e transições políticas na sub-região (especialmente em Burkina Faso, Guiné e Mali) e a competição geopolítica que contrapõe, especialmente, França e Rússia na África Central e Ocidental.

Nesse contexto, a diplomacia togoleza tem buscado delinear perfil de país moderado e conciliador, reforçado por experiências pregressas de mediação, bem como dar voz à aspiração continental por maior união interna e, na seara global, por maior autonomia e protagonismo. Em discurso à Assembleia-Geral da ONU, em setembro de 2022, o chanceler Robert Dussey concentrou-se nos temas terrorismo, mudança do clima, economia e ação social, multilateralismo e renovação do panafricanismo, com ênfase neste último tópico. Defendeu maior não alinhamento do continente em relação aos grandes parceiros tradicionais e reivindicou liberdade de escolha de parcerias. Em artigo de opinião do mesmo período, o chanceler togolês argumentou em torno da declaração de que "a África não deseja mais alinhar-se às grandes potências, quaisquer sejam elas".

Em seu discurso da Assembleia-Geral de 2023, Dussey reiterou seu apelo por reconstrução da segurança e da confiança em um mundo marcado por incertezas. Ele destacou as vulnerabilidades da África, como pobreza, subdesenvolvimento, crises de saúde, mudanças climáticas, cadeias de suprimento fragilizadas, desinformação, conflitos armados e o avanço do terrorismo internacional. Alertou que o continente corre o risco de se tornar um refúgio para o terrorismo, enfraquecendo a segurança global. Afirmou que o Togo adota uma abordagem integrada de segurança e desenvolvimento, buscando também cobertura universal de saúde, soberania alimentar e proteção ambiental — com a meta de preservar 90% de sua costa até 2025. Defendeu que o terrorismo na África seja tratado como um problema de segurança internacional, pedindo mais investimentos em paz do que em guerra. Destacou a vocação pacífica de Togo e sua atuação em negociações de paz regionais. Sobre o conflito no Sudão, relatou que Togo sediou um diálogo político em julho daquele ano e apelou ao uso da diplomacia. Por fim, pediu a reforma do Conselho de Segurança da ONU e o reconhecimento da nova realidade africana, afirmando que a voz do continente deve ser levada a sério: “Queremos ser parceiros, não súditos”.

Entorno regional. O país mantém boas relações com seus vizinhos, nomeadamente Gana, Burkina Faso e Benim, e procura mobilizar a diáspora na região de forma a que mantenha seus laços com o país. Estima-se que mais de 5,5% dos cidadãos togolezes residam fora do território nacional.

A chancelaria togoleza é particularmente ativa nos assuntos da África Ocidental, sobretudo no que se refere ao processo de integração econômica contemplado pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Ao lado da Nigéria, o Togo foi um dos grandes promotores da criação desse organismo, cujo Fundo de Cooperação e Desenvolvimento é sediado em Lomé. Com a instabilidade do bloco regional – derivado dos golpes militares no Burkina Faso, Mali e Níger, e sua posterior saída da CEDEAO – o Togo assume um protagonismo (em conjunto com o Benim e a Serra Leoa) na mediação da libertação e eventual exílio do presidente deposto do Níger, Mohamed Bazoum.

Exemplo de iniciativa que busca consubstanciar o discurso integracionista, de emancipação e desenvolvimento endógeno é o Programa Regional de Integração de Mercados Agrícolas (PRIMA), destinado a promover a integração de mercados de consumidores e pequenos agricultores do Togo e do **Benim**. Apoiado pelo FIDA, o projeto é orçado em 25,2 milhões de euros, dos quais 18,7 milhões

de financiamento e 6,9 milhões em doação. Pretende alcançar, entre 2023 e 2026, 833 mil beneficiários nos dois países, com ênfase em jovens e mulheres.

No âmbito da **União Africana (UA)**, o Togo tem atuado de forma moderada, seguindo, em geral, uma política pró-ocidental. Ademais, o governo togolês tem buscado posição de liderança nas discussões regionais sobre terrorismo e, em especial, sobre a pirataria no Golfo da Guiné. Em 15 de outubro de 2016, o governo togolês sediou a Cúpula Extraordinária da União Africana sobre Segurança Marítima e Desenvolvimento na África. O êxito na organização do evento rendeu cobertura positiva da imprensa internacional, que reconheceu os esforços da diplomacia togolesa. Em 2 de novembro de 2024, Lomé estava programada para sediar o 9º Congresso Pan-Africano. Contudo, após novo adiamento do evento, o Governo do Togo disse pretender realizar o Congresso em dezembro de 2025. Entre 2017-2018, o Togo ocupou assento no Conselho de Paz e Segurança da União Africana. No campo econômico, o país apoiou a criação da Zona de Livre Comércio Continental da África (ZLCCA), cujo acordo entrou em vigor em 2019, mas que ainda aguarda implementação.

No que concerne às **operações de paz da ONU**, o Togo é o 6º maior contribuinte de militares e policiais (o Brasil é o 33º). De um total de 525 *peacekeepers* togoleses, 318 serviram na Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA).

A pedido do governo de transição do **Mali**, o Togo assumiu, em maio de 2022, papel de mediador da crise com a **CEDEAO** e a comunidade internacional decorrente das rupturas constitucionais de 2020 e 2021. O convite da junta maliana reforçou o papel do Togo como tradicional mediador na sub-região. No caso do Mali, o Togo vem mantendo distanciamento da opção pela imposição de sanções, preferindo insistir em meios diplomáticos para dissipar as diferenças entre as partes interessadas e evitar efeitos adversos sobre a população. Sob a mediação togolesa, foi criado Grupo de Acompanhamento e Apoio à Transição no Mali (GST-Mali), reunindo o governo do Mali, a CEDEAO e parceiros internacionais. O mecanismo tem buscado favorecer convergências que evitem impasses e rupturas, ante a linha de ação mais legalista da CEDEAO.

O chanceler Robert Dussey participou, em junho de 2022, no Marrocos, da primeira **reunião ministerial dos estados da África atlântica**, que reuniu 21 países sob os objetivos declarados de "conceber uma visão africana comum sobre esse espaço vital, promover uma identidade atlântica africana e defender os interesses estratégicos do continente". As declarações oficiais acentuaram ainda a busca de princípios comuns, questões compartilhadas e interesses convergentes, com a finalidade de "fazer do Atlântico Sul uma zona de paz, de estabilidade e de prosperidade compartilhada". A pauta da reunião teve por temas a segurança coletiva, a "economia azul" e questões de meio ambiente e energia.

Iniciativa emblemática da postura do Togo frente aos processos de transição em curso na África Ocidental foi a participação das forças armadas togolesas, em maio e junho de 2024, na operação multilateral "Tarhanakale", descrita como "exercícios militares de envergadura" no Níger, em conjunto com os exércitos dos três países da **Aliança dos Estados do Sahel** (Burkina Faso, Níger e Mali), além do Chade. A iniciativa ilustra o elevado grau de reivindicação de independência que tem caracterizado o posicionamento externo do Togo, de forma consistente com seu discurso diplomático. Em alocução na 78ª Assembleia Geral da ONU, em 2023, o chanceler Dussey afirmou: "as ingerências externas são conflitogênicas e fatores de crise. Tornam complexas as formas de solução de nossas crises e enfraquecem as iniciativas de soluções africanas para crises africanas". Em discurso proferido na cúpula de Abuja sobre luta contra o terrorismo, o então presidente Gnassingbé havia também qualificado os acordos pós-coloniais de "caducos, ultrapassados e obsoletos", suscitando especulações sobre possível denúncia de acordos militares vigentes.

Atendendo à solicitação do presidente angolano, João Lourenço, Faure Gnassingbé se tornou seu sucessor na mediação do conflito em curso no leste da República Democrática do Congo. Em 6 de abril 2025, Faure realizou sua primeira visita a Kinshasa nessa capacidade. Na capital congoleza, entrevistou-se com o Presidente Félix Tshisekedi.

Aliados tradicionais. A França e, secundariamente, a Alemanha, principais provedores de ajuda financeira bilateral para o desenvolvimento, constituem os parceiros internacionais mais tradicionais do Togo. As antigas metrópoles têm grande influência junto aos organismos multilaterais de crédito, dos quais depende a economia togolese.

A presença dos investimentos franceses no Togo permanece bastante ostensiva. Politicamente, o Togo permanece bastante próximo da França. Em outubro de 2016, o então primeiro-ministro da França visitou Lomé, no que foi a primeira visita de uma autoridade francesa daquele nível nos últimos 27 anos.

A Alemanha é vista como parceiro internacional privilegiado. A cooperação para o desenvolvimento fornecida pela Alemanha ao Togo foi reestabelecida em 2011, após vinte anos de suspensão. Os dois países também cooperam no campo militar. O maior contingente de togoleses vivendo fora da África encontra-se na Alemanha.

Os Estados Unidos também eram tradicionalmente importantes doadores e parceiros políticos do Togo. Em 2018, o governo americano desembolsou USD 14 milhões para projetos de desenvolvimento no Togo, em especial nas áreas de saúde e educação militar. O Togo sediou o Fórum AGOA (*"Africa Growth and Opportunity Act"*) de 2017, realizado em Lomé, em agosto daquele ano. O AGOA é a política de acesso facilitado de produtos de países subsaarianos ao mercado americano. Lomé também foi o destino inicial do primeiro périplo africano do secretário-adjunto para Assuntos Africanos do Departamento de Estado em novembro de 2018.

No quadro de visita a países da África Ocidental e Central, em junho de 2022, o Subsecretário de Estado Adjunto dos EUA para África Ocidental (*Deputy Assistant Secretary*), Michael Gonzales, manteve encontros em Lomé a fim de conhecer o quadro securitário no Norte do país e oferecer o apoio dos EUA em matéria de defesa e segurança (incluindo formação de pessoal). O enviado estadunidense apresentou seu país como aliado na luta contra o terrorismo e a militância islâmica radical e louvou a participação das forças armadas togolesas em missões de paz no continente. À primeira-ministra togolese, manifestou a disposição de Washington de continuar a apoiar os projetos de desenvolvimento social e econômico, de governo eletrônico e de descentralização administrativa.

Em dezembro de 2022, o Presidente Gnassingbé chefou a delegação governamental que participou da Cúpula EUA-Líderes Africanos, em Washington. O principal resultado anunciado foi a acessão do país a compacto do *"Millenium Challenge Corporation"* (MCC). Foram enfatizadas as melhoras alcançadas pelo país na pontuação de índices que compõem o conjunto de critérios de elegibilidade do MCC, como "liberdade econômica", "boa governança" e "investimento em capital humano". O Togo buscou salientar, assim, os atributos que constituem bases para a qualificação de seu projeto central de país: tornar-se hub econômico e comercial, logístico e de inovação, e assim, plataforma para "startups" africanas. Em encontro com a Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) Katherine Tai, o Presidente Gnassingbé teria tratado essencialmente das possibilidades que o Togo espera a partir da dinamização das facilidades previstas no AGOA, de modo a beneficiar exportações e mesmo reduzir custos de importações.

No corrente ano, o governo Trump sujeitou cidadãos togoleses a restrições parciais de entrada nos EUA. O governo americano justificou a medida alegando que o Togo, entre outros países, abrigaria "presença em larga escala de terroristas", não teria capacidade de verificar identidades dos viajantes provenientes do país e tampouco possuiria registros adequados de históricos criminais. Alegaram-se, ainda, altas taxas de permanência de cidadãos togoleses acima do prazo permitido nos EUA.

Embora a USAID não tenha sido oficialmente abolida, a agência sofreu uma grande reestruturação pelo governo Trump — com 83 % dos seus programas encerrados e a maioria do *staff* (94 %) dispensado. Desde 1º de julho de 2025, o Departamento de Estado americano assumiu oficialmente a gestão da assistência externa.

No caso específico do Togo, até meados de 2024, a USAID ainda mantinha ações significativas por meio de parcerias com agências como o Programa Mundial de Alimentos (WFP). Por exemplo, em julho de 2024, um aporte de US\$ 2 milhões foi enviado para assistência alimentar emergencial no norte do país, atendendo a cerca de 63 mil pessoas, entre refugiados, deslocados e populações rurais. Contudo, não há informações públicas recentes após março de 2025 sobre a continuidade desses programas em Togo.

Em janeiro de 2025, o Presidente Trump assinou a Ordem Executiva 14169, que determinou uma paralisação de 90 dias em praticamente toda a ajuda externa. Esse congelamento afetou profundamente o PEPFAR — o principal programa americano contra HIV/AIDS, do qual dependem milhões de pessoas na África, incluindo o Togo. Na prática, cerca de 83% dos contratos da USAID foram cancelados, e quase 20 milhões de pessoas em tratamento com HIV ficaram sem suporte.

O Presidente Trump anunciou, ainda, lista de tarifas recíprocas que serão aplicadas a produtos importados - desde abril de 2025, no caso do Togo as tarifas de importação aplicadas equivalem a 10%.

O **Programa Regional de Apoio aos Países Costeiros (PRAPC)** foi criado em 2021 com apoio da USAID, reunindo o Benin, Gana e o Togo, e propõe-se a formalizar um instrumento que disponha sobre meios de induzir e instrumentalizar cooperação e coordenação entre as populações das áreas mais diretamente atingidas pelo transbordamento da violência do Sahel sobre os países do Golfo da Guiné. A cidade de Dapaong, capital da região das Savanas, ao Norte do Togo e na proximidade da fronteira com o Burkina Faso, sediou encontro regional no âmbito do PRAPC, em maio de 2023, destinado a promover o reforço da coordenação entre o Benin, Burkina Faso, Gana e o Togo em matéria de luta contra o terrorismo. A reunião, presidida pelo Ministro da Segurança e da Proteção Civil do Togo, foi promovida pelo governo dos Estados Unidos, com apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Participaram do encontro autoridades regionais de nível municipal e local, bem como representantes de associações civis, lideranças locais e chefes tradicionais.

A reunião teve efetivamente amplitude localizada e foco operacional, cobrindo sobretudo problemas vividos pelas populações e meios práticos de administrar os efeitos da violência que transborda sobre os países costeiros do Golfo da Guiné, nas respectivas zonas de savanas, de transição geográfica para o Sahel. Tocou, assim, diretamente, além da região das Savanas no Togo, as regiões Leste e Centro-Leste do Burkina Faso, a região "Upper-East" de Gana e os departamentos de Atacora e Alibori no Benin, que enviaram representantes.

Em abril de 2022, o Parlamento togolês aprovou a submissão de uma candidatura formal do Togo à **Commonwealth**. A candidatura foi apresentada durante a cúpula da Commonwealth em Ruanda, em junho de 2022. Os líderes da comunidade aceitaram a candidatura do país na sessão de encerramento da Reunião de Chefes de Governo da Commonwealth, e o Togo foi admitido como seu 56º membro. A decisão do governo togolês de pleitear adesão à comunidade anglófona busca desconcentrar relações excessivamente marcadas pelos laços com a antiga metrópole colonial (França) e traduz expectativas de oportunidades de negócios (abertura de mercados, ampliação de investimentos e financiamentos), bem como de aberturas culturais e linguísticas (no universo anglófono) em decorrência da adesão.

Em janeiro de 2024, o Togo oficializou seu ingresso na Organização dos Estados Americanos (OEA) na condição de Estado Observador Permanente.

Novas parcerias. Nos últimos anos, o Togo também passou a beneficiar-se mais intensamente da cooperação com parceiros não tradicionais, como a China, Índia e Israel, e com parceiros regionais mais distantes, como o Egito. O país também tem buscado participar ativamente das atividades da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), da qual é membro desde 1997.

China e Togo estabeleceram relações diplomáticas em 1972. A partir de então, desenvolveu-se firme e continuada cooperação política, econômica e cultural, com base em acordos assinados em diversas áreas. O Togo mantém em Pequim uma de suas 17 embaixadas residentes. Estima-se que, desde o estabelecimento de relações diplomáticas, a China tenha concedido ao Togo mais de USD 300 milhões em ajuda econômica ou créditos preferenciais, que foram aplicados em grandes obras, como os prédios das assembleias legislativas de Lomé e de Kara (região norte), o Hospital Universitário de Kara, o estádio esportivo de Lomé e o novo terminal do aeroporto de Lomé, bem como em projetos de desenvolvimento agrícola e sanitário. O Governo togolês atribui grande importância à intensificação das relações políticas e de cooperação com a China, por considerá-las uma alternativa às tradicionais parcerias com países europeus. Nos últimos anos, a China tem se mantido como a principal origem das importações togolesas. Em 2023, respondeu por aproximadamente 19% do total importado pelo Togo, com um valor estimado em US\$ 579 milhões. A Bélgica, que em 2017 ocupava a segunda posição com 13% das importações, perdeu espaço e respondeu por apenas cerca de 2% em 2023. O segundo principal parceiro comercial do Togo em termos de importações no mesmo ano foi a França, responsável por cerca de 9% do total importado.

As relações com a **Índia** também são tidas como relevante complemento aos tradicionais laços com os parceiros ocidentais. A Índia assumiu em 2023 a liderança da lista de destinos das exportações togolesas: absorveu naquele ano cerca de 22 % das exportações totais do país africano (aproximadamente US\$ 327 milhões). Além disso, ocupa a terceira posição na lista de principais fornecedores de produtos importados. A cooperação entre Índia e Togo, que já incluía setores como agricultura, educação, saúde, energia e desenvolvimento local, permanece ativa — em março de 2025, houve negociações para um contrato bilateral de longo prazo para a importação de fosfato togolês, marcando um novo marco na parceria econômica.

O governo togolês também vem estreitando as relações com **Israel**, em especial nos campos econômico e da segurança. Faure Gnassingbé realizou visita oficial a Israel em agosto de 2017. A aproximação com o **Egito** também tem sido notável. Durante o seu terceiro mandato presidencial, o então presidente Faure Gnassingbé efetuou diversas visitas ao Cairo. O Egito vem efetivamente prestando cooperação em diversas áreas, incluindo urbanismo e habitação; saneamento e melhorias de condições de vida no meio urbano e nas periferias das cidades; esporte; intercâmbio cultural; e, principalmente, agricultura. A parceria do Togo com o Egito obedece ao interesse togolês em consolidar-se como *hub* marítimo e aéreo regional.

Em julho de 2022, o governo togolês anunciou ter adquirido da **Turquia** drones Bayraktar TB2, para vigilância e defesa da região setentrional do país (Região das Savanas). Na primeira operação com os aparelhos, em 13/7/2022, as forças de defesa togolesas bombardearam, com base em erro de inteligência, grupo de jovens e crianças confundidos com coluna de jihadistas. Em comunicado, as forças armadas reconheceram o erro e apresentaram pedido de desculpas.

ECONOMIA

O Togo almeja tornar-se um "hub logístico" regional, especializado em serviços ligados a transportes, comércio e hospedagem de empresas em escala internacional. O *boom* econômico pelo qual passa o país, expresso nas vigorosas taxas de crescimento do PIB nos últimos anos (média próxima a 5% a.a., excluindo 2020), está diretamente relacionado à realização de grandes obras de infraestrutura, como a urbanização da capital e a inauguração do terceiro cais no porto de Lomé. Esse porto é o maior de águas profundas no continente africano, e serve não apenas ao Togo, mas também aos países da sub-região sem saída para o mar, principalmente o Burkina Faso e o Mali.

O megaprojeto de criação da Plataforma Industrial de Adetikope (PIA), destinada a acomodar empresas e representações comerciais, associada ao porto seco de Adetikope, no entorno de Lomé, deverá ter efeito multiplicador sobre o porto de águas profundas da capital. Vêm sendo reconhecidos os avanços do país na modernização portuária, tanto em termos físicos quanto nos processos alfandegários e administrativos. A reconstrução do aeroporto de Lomé, por sua vez, tem atraído empresas aéreas como a *Emirates*, a *Turkish Airlines* e a *Ethiopian Airlines*. Deverá ser construída, ainda, estrada sul-norte que tornará possível escoar as produções dos países ao norte do Togo.

Em seu Panorama Econômico de 2025, o Banco Mundial destaca que, após registrar um crescimento de 5,3 % em 2024, a economia togolesa deve desacelerar ligeiramente para 5,1 % em 2025, em razão de medidas de consolidação fiscal, fraqueza da demanda externa e incertezas regionais.

Essa desaceleração, entretanto, é vista como temporária: a projeção para o biênio 2026–2027 é de aceleração, com crescimento em torno de 5,4 % a 5,5 % ao ano, impulsionado por projetos de investimento privado e retomada do consumo à medida que a inflação converge para níveis mais baixos.

A avaliação bastante positiva do BM registra alta capacidade de reação a crises da economia togolesa, que manteve crescimento real do PIB durante a pandemia de covid-19 - 2% em 2020 e 6% em 2021 - e, mesmo com o impacto da guerra russo-ucraniana, elevou as taxas nos anos seguintes. Em 2022, o governo Gnassingbé anunciou medidas como tabelamento de preços de alimentos nacionais e importados, isenção de imposto sobre valor agregado para alimentos importados e oferta de crédito a juros reduzidos ao setor agroalimentar. A inflação em 2024 foi de 2,9%, contra 5,3% em 2023. A queda da inflação teria ocorrido sobretudo em razão da queda de preço dos gêneros alimentícios.

Consideradas as perspectivas menos otimistas do último relatório do FMI sobre a economia mundial (abril de 2025) — que projeta uma leve desaceleração do crescimento global para 2,8% em 2025, após 3,1% em 2024 —, o desempenho relativamente estável da economia togolesa ganha destaque. Nesse contexto, abrem-se oportunidades para a atração de investimentos estrangeiros, para o acesso a crédito no mercado internacional e para a renovação e ampliação de programas de cooperação técnica e financeira com parceiros multilaterais e bilaterais.

De acordo com a Lei de Finanças para 2025, o **orçamento nacional** do Togo projeta um déficit nominal de 3% do PIB, em queda em relação aos 6,6% registrados em 2023, refletindo os esforços de consolidação fiscal em linha com as metas da UEMOA e do FMI. As receitas fiscais seguem em trajetória de alta, impulsionadas por reformas tributárias e crescimento econômico estável, enquanto as despesas sociais permanecem elevadas, representando cerca de 49% do total do orçamento, com foco na inclusão e no fortalecimento do capital humano. A estrutura orçamentária mantém a priorização dos três eixos do Plano Nacional de Desenvolvimento: 48% dos recursos são destinados a investimentos e inclusão social (eixo 1), 35% ao setor produtivo (eixo 2) e 17% ao reforço das capacidades do Estado (eixo 3). A taxa de endividamento público, por sua vez, permaneceu estável em relação ao ano anterior, em torno de 69% do PIB.

Outro relatório do Banco Mundial, de avaliação de políticas públicas e instituições nacionais na África (*Country Policy and Institutional Assessment*, CPIA 2023) colocou o Togo entre os 5 países africanos com melhores indicadores de **governança** e na 3ª posição entre os países da África ocidental. O índice geral CPIA é adotado entre critérios de habilitação para assistência financeira da *International Development Association*; o Togo obteve índice médio acima das médias africana e oeste-africana, de 3,7, com destaque para o índice de governança econômica de 3,8.

As taxas de crescimento relativamente altas dos últimos anos são explicadas, em parte, pela resiliência do setor aeroportuário, que mantém demanda relativamente inelástica, e por dinâmicas demográficas marcantes: o êxodo rural crescente (com cerca de 44% da população residindo em áreas urbanas) e a crescente participação de jovens no setor de serviços — cerca de 40% da população togolese tem menos de 15 anos. Por outro lado, o setor primário continua vulnerável, sofrendo os efeitos de condições climáticas adversas e da variabilidade das chuvas, o que limita sua contribuição ao PIB e torna sua recuperação mais incerta.

Os níveis de pobreza e fome seguem virtualmente inalterados. A faixa de lares que vivem abaixo da linha de pobreza é de 45% em média, chegando a 60% na zona rural. No mais recente índice de desenvolvimento humano (IDH-ONU), o país ocupa a posição 161 dentre 191 países, atrás de Gana (133) e pouco à frente do Benim (166).

Como país pequeno e de economia relativamente aberta, estima-se que o Togo poderia beneficiar-se de mais investimentos estrangeiros diretos e da abertura comercial. Uma vez concretizada em suas fronteiras, o Togo poderia ser favorecido pela Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), aumentando a importância do Porto de Lomé para exportações e importações regionais.

A sustentabilidade de longo prazo do crescimento econômico togolês não está isenta de riscos. O "boom" populacional, a rápida urbanização, a geração de empregos no setor terciário, que são os pilares do atual crescimento, poderão minguar. O Porto de Lomé, atualmente o mais profundo da região e o mais apto a receber navios de alto calado, pode sofrer competição de seus congêneres em Gana e no Benim; e ataques de milícias na fronteira Norte podem prejudicar a situação securitária do país.

O conjunto de dados econômicos coletados nos últimos anos - elementos substantivos de indicação do desenvolvimento do Togo no período - corrobora percepção do país como parceiro confiável no continente africano.

Setores da economia. A economia togolese tem na agropecuária e nos serviços os seus principais componentes. O setor primário corresponde a cerca de 40% do PIB e emprega dois terços da população economicamente ativa. O setor terciário representa também aproximadamente 40% da riqueza nacional, ao passo que o setor secundário é responsável por menos de 20% do PIB.

Algodão e, em menor escala, café e cacau são os principais produtos agrícolas exportados pelo Togo. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2020-2025 destina papel central à agricultura, em contexto de crescente preocupação com segurança alimentar. Entre os principais desafios identificados pelas autoridades togolese para o desenvolvimento do setor estão a modernização de processos e a mecanização. As políticas públicas têm buscado promover avanços na transformação de bens agrícolas, a fim de que o país possa extrair maior valor agregado de suas exportações.

O Togo conta ainda com uma indústria de extração de **fosfatos**, uma de suas principais *commodities*. A extração dessa riqueza, encontrada principalmente na região costeira, historicamente tem sido uma das maiores indústrias do país. A companhia estatal *Société Nouvelle des Phosphates du Togo* (SNPT) é a responsável pela extração, transformação e comercialização de fosfato no país. Entre os destinos de exportação estão Canadá, Filipinas e África do Sul.

Além do fosfato, o país tem uma indústria mineira pouco desenvolvida, limitada atualmente a mármore e calcário. Recentemente, foi feita prospecção geoquímica, que cobriu a maior parte do

país, e várias áreas foram destacadas como potenciais para descoberta de diamantes, ouro e metais ferrosos. No que concerne ao minério de ferro, estima-se que as reservas togolesas representem 500 milhões de toneladas. A extração de minério de ferro no Togo iniciou-se em 2011, com produção de 20 mil toneladas, chegando a 180 mil toneladas em 2014. As exportações do minério de ferro bruto são majoritariamente destinadas à Alemanha. São escassos os dados públicos sobre a dimensão de jazidas de minérios de urânio no país, mas é sabido que, desde os anos 1970, a empresa alemã *Uranerzbergbau* opera em terras togolesas na prospecção e levantamento de depósitos uraníferos, já então confirmados.

No setor de serviços, que emprega 21% da população, é importante a participação do porto de Lomé como fator de dinamização da economia regional. As reexportações representam 17% das vendas externas do país.

A **política monetária** togolesa é determinada pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), que privilegia o controle inflacionário (a inflação tem-se mantido, à exceção do período entre 2021 e 2023, na casa dos 2% a.a.) e a manutenção da taxa de conversão em euros do franco CFA, moeda única da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), da qual o Togo faz parte.

Quanto à **política fiscal**, pode-se afirmar que, de modo geral, o país tem adotado práticas ortodoxas, conforme as recomendações das agências multilaterais de crédito. Por sua vez, a dívida pública total, que atingiu 81% do PIB no final de 2016, encontra-se em queda. Antes da crise mundial da COVID-19, estimava-se que a dívida togolesa atingiria em 2020 o patamar de 70% do PIB, abaixo do padrão da UEMOA. A dívida pública do Togo, em relação ao PIB bruto, se encontrava em 2023 em 67,2%, com estimativa de 69% em 2024.

A **matriz energética** do Togo é composta de 82% de biomassa tradicional (lenha e carvão vegetal), 17,7% de derivados de petróleo e 0,3% hídrica. Um quarto da capacidade de geração de energia elétrica no Togo, cerca de 30 MW, é provido por termoelétricas movidas a derivados de petróleo. Os outros 75% correspondem à energia hidrelétrica. Há projeto de construção de hidrelétrica em Adjarala, para aumentar a capacidade de geração no Togo, que importa de Nigéria e Gana a maior parte da energia de que necessita.

Em reação aos efeitos econômicos da **pandemia de Covid-19**, iniciada em março de 2020, o governo adotou medidas como a isenção de taxas e impostos para importação não apenas de alguns medicamentos, mas também de máquinas agrícolas e outros produtos, na tentativa de estimular a recuperação. Segundo dados oficiais, o programa de transferência de renda Novissi, voltado a trabalhadores informais, distribuiu 11,4 milhões de francos CFA (17,4 milhões de euros) em assistência emergencial a 567 mil togoleses entre abril e junho de 2020, valendo-se de imagens de satélite e inteligência artificial para identificar grupos mais vulneráveis.

Segurança alimentar. Segundo relatório do PMA-Togo, 50% da população do país está tocada direta ou indiretamente por condições de insegurança alimentar. A proporção de famílias subsistindo em carência alimentar baixou, porém, de 49,5%, em 2011, para 33,9% em 2015. As ações do governo do Togo nas faixas da maior carência da população corresponderam a uma melhora da situação do país, que teve a taxa de pobreza reduzida de 61,7% da população, em 2006, a 45% em 2019. Grande parte dos projetos do Ministério do Desenvolvimento de Base (Anadeb) vêm sendo financiados por fundos especiais, como o FAIEJ, Fundo de Apoio às Iniciativas Econômicas dos Jovens; PRADEB, Programa de Apoio ao Desenvolvimento na Base; e PAJI-SP, Projeto de Apoio ao Emprego e à Inserção de Jovens nos setores formadores de Cadeias de Valor.

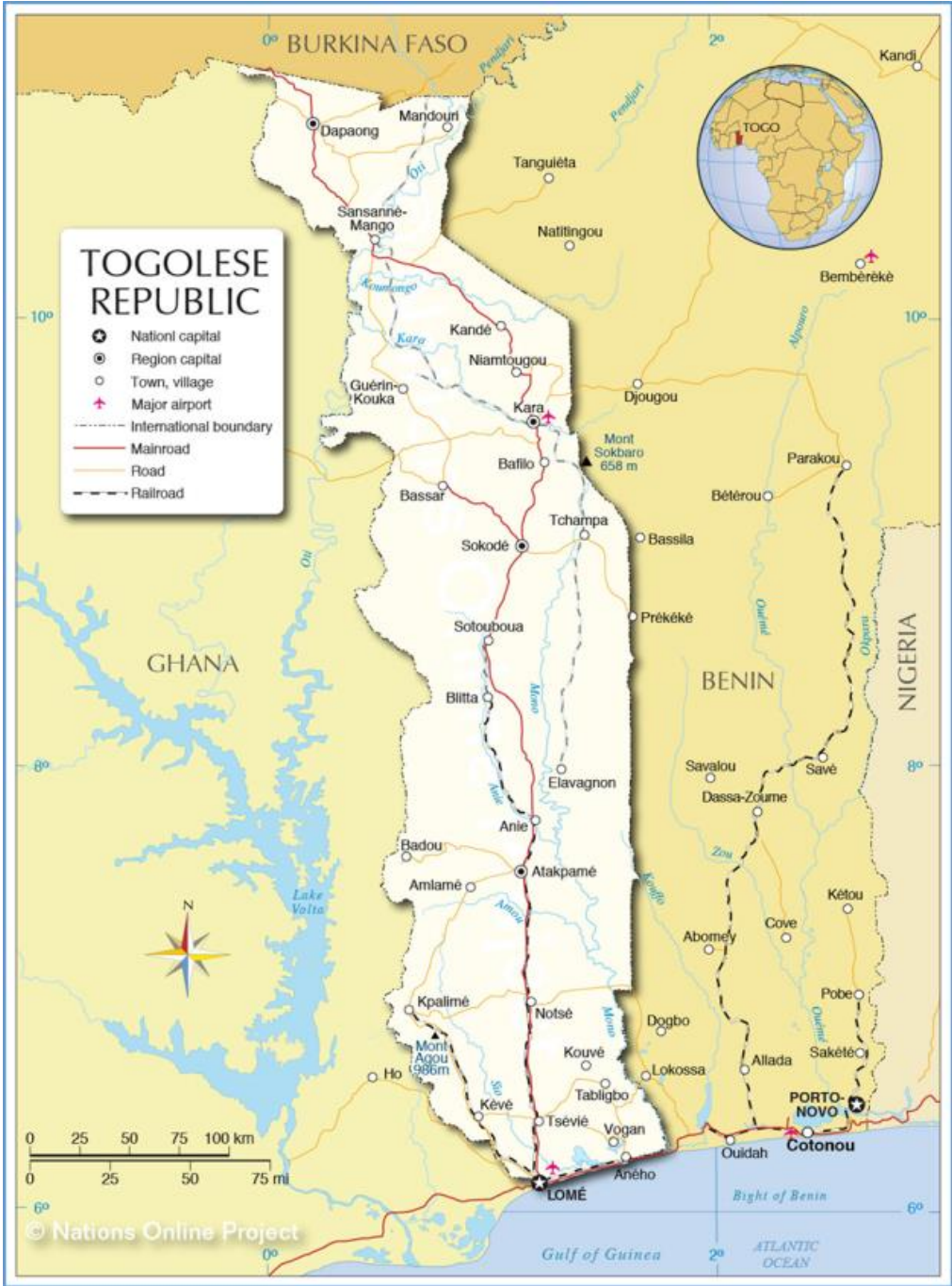
Dados harmonizados do PMA, da FAO, do Banco Mundial e de outras instituições, divulgados em dezembro de 2022, indicam grave deterioração da segurança alimentar de significativa parte da população rural no Togo, assim como na África Ocidental e sobretudo no Sahel. Segundo o relatório, as condições de vida no interior do país ligadas à segurança alimentar, especialmente em zonas afetadas por conflitos, mudança climática e pobreza, agravam-se sob

pressão de crises sanitárias, do ambiente econômico global e do conflito Rússia-Ucrânia. Este, em particular, teria provocado desaceleração ou cessação de atividades econômicas e a explosão dos preços dos produtos de primeira necessidade. O Banco Mundial qualificou a segurança alimentar na África Ocidental de "alarmante", descartando possibilidade de reação e melhora nas áreas em conflito.

Segundo o FAO GIEWS, durante a estação de “*soudure*” (junho a agosto de 2024), aproximadamente 423.000 pessoas (ou cerca de 7% da população analisada) enfrentaram insegurança alimentar aguda, com 55% delas concentradas na região de Savanas— onde o governo manteve estado de emergência devido à violência saheliana.

Paralelamente, o Banco Mundial iniciou em junho de 2025 um programa de US\$ 300 milhões (ProMAT 2025–2034) para modernizar a agricultura togolesa, beneficiando cerca de 340.000 agricultores — dos quais 114.000 mulheres e 102.000 jovens. O programa visa à expansão da área irrigada, e busca reforçar a segurança alimentar por meio de acesso a crédito, mecanização e tecnologias agrícolas

MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República Togolesa
Gentílico:	Togolês
Capital:	Lomé
Área:	56.785 km²
População (BM, 2024):	9,5 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês (oficial) e línguas locais (euê, mina e cabiê).
Principais religiões:	Cristianismo (47,1%); crenças tradicionais (33%); islamismo (13,7%); outras (6,2%).
Sistema de Governo:	República Parlamentarista
Poder Legislativo:	Bicameral (Senado e Assembleia Nacional)
Chefe de Estado:	Jean-Lucien Savi de Tové
Chefe de Governo:	Feure Essozimna Gnassingbé
Chanceler:	Robert Dussey
PIB (BM, 2024):	US\$ 9,93 bilhões (equivalente a 0,46% de US\$ 2,17 trilhões BR)
PIB PPC (BM, 2024):	US\$ 30,82 bilhões (equivalente a 0,65% de US\$ 4,73 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (BM, 2024):	US\$ 1.043,1 (equivalente a 10,14% de US\$ 10.280,3 BR)
PIB PPC <i>per capita</i> (BM, 2024):	US\$ 3.239,1 (equivalente a 14,51% de US\$ 22.333,4 BR)
Variação do PIB (BM):	5,3% (2024); 6,4% (2023); 5,8% (2022); 6% (2021); 2% (2020); 4,9% (2019); 4,8% (2018)
IDH (PNUD, 2024):	0,547 (163º)
IHDI (PNUD, 2024):	0,345
Expectativa de vida (BM, 2023):	59,3 anos
Alfabetização (UNESCO, 2022):	72,6%
Índice de desemprego (BM, 2024):	1,9 %
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Encarregado de Negócios do Togo:	Lantame Ninsao Oubonfo (desde agosto de 2023)
Encarregado de Negócios em Lomé:	Luisivan Vellar Strelow (desde abril de 2025)
Comunidade brasileira estimada:	30 (estimativa)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – TOGO
(USD MILHÕES)

Brasil – Togo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	44,0	67,86	59,02	96,9	79,11	69,19	126,72	380,54	402,41	191,68	446,22 (+58%)
Exportações	43,97	67,86	59,0	96,9	79,11	49,0	97,29	100,19	274,1	145,48	446,22 (+68%)
Importações	0,009	0	0,02	0,04	0	20,2	29,43	280,35	128,31	46,2	0,001 (-3.5mill%)
Saldo	43,96	67,86	59,0	96,8	79,11	28,8	67,86	-180,15	145,8	99,27	446,22 (+78%)

Dados do ComexStat: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/129964>

Principais Produtos Exportados (2024): Gasóleo; Outros açucars de cana, beterraba, sacarose quimicamente pura, sol; Fuel Oiel; Outro álcool etílico não desnaturado; Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miudezas ou de sangue; Outros peixes congelados, exceto filés, outras carnes, etc.

Principais Produtos Importados (2024): Artigos de vestuário (camisetas, chapéus, calças).

Dados do ComexStat: [Exportação](#) ; [Importação](#).